



SONS, PERFORMANCES E CELEBRAÇÕES: FESTAS E MORTE NA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO EM FLORIANÓPOLIS/SC¹

Karla Leandro Rascke²

Resumo: No presente trabalho pretendemos apresentar a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito situada em Desterro/Florianópolis, a fim de entender sua estrutura de funcionamento, o comprometimento de Irmãos e Irmãs, as decisões tanto “na esfera do temporal quanto do espiritual”. Na tentativa de encontrar resquícios do passado que permitam conhecer aspectos culturais destes sujeitos históricos, o foco deste artigo volta-se aos sons, performances e celebrações produzidas neste espaço de vivências africanas, em especial no que tange às festividades e formas de celebração da morte, práticas em constante tensão com as novas intenções do catolicismo romanizador de finais do século XIX.

Palavras-Chave: História, Irmandade, Festas, Morte.

SOUNDS, PERFORMANCES AND CELEBRATIONS: FESTIVITIES AND DEATH IN THE BROTHERHOOD OF OUR LADY OF THE ROSARY AND SAINT BENEDICT IN FLORIANÓPOLIS/SC

Abstract: In the present work we pretend to present the Brotherhood of Our Lady of Rosary and Saint Benedict, located in Desterro/Florianópolis, in order to understand their operation structure, the commitment of brothers and sisters, both decisions "in the sphere of temporal and spiritual". Trying to find remnants of the past that enable knowing cultural aspects of these historical subjects, the focus of this article turns to sounds, performances and celebrations produced in this area of African experiences, in particular with regard to the festivities and forms of celebration of death, practices in constant tension with the new intentions of Catholicism from Rome, in the late nineteenth century.

Keywords: History, Brotherhood, festivities, death.

SONS, PERFORMANCES ET CÉLÉBRATIONS: FÊTES ET MORT DANS LA CONFRÉRIE DE NOTRE-DAME DU ROSAIRE ET SAINT-BENOÎT À FLORIANÓPOLIS / SC

¹ O presente artigo é fruto de minhas discussões para a realização da dissertação de mestrado intitulada “**Divertem-se então à sua maneira**”: festas e morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Florianópolis (1888 a 1940), defendida recentemente na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo sob a orientação da profa. Dr.a Maria Antonieta Martines Antonacci, com bolsa de financiamento da CAPES e do CNPQ.

² Doutoranda em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Mestrado em História Social pela PUC-SP, Graduação (Licenciatura e Bacharelado) em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2009), pesquisadora associada do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB-UDESC), atua na Coordenação Executiva da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN).



Résumé: Dans cet article, nous avons l'intention de présenter la Confrérie de Notre-Dame du Rosaire et de Saint-Benoît située en Desterro/Florianópolis, afin de comprendre la structure de son fonctionnement, le compromis des Frères et Sœurs, les décisions tant "dans la sphère du temps quant du spirituel". En essayant de trouver des restes du passé qui permettent on connait aspects culturels de ces sujets historiques, l'objectif de cet article regarde aux sons, performances et célébrations produites dans ce espace des expériences africaines, en particulier en ce qui concerne les fêtes et les formes de la célébration de la mort, pratiques en tension constante avec les nouvelles intentions du catholicisme romanisateur de fin du XIXe siècle.

Mots-clés: Histoire, Fraternité, fêtes, mort.

SONIDOS, PERFORMANCES Y CELEBRACIONES: FIESTAS Y MUERTE EN LA ERMANDAD DE NUESTRA SEÑORA DEL ROSÁRIO Y SAN BENEDICTO EN FLORIANÓPOLIS/SC

Resumen: En el presente trabajo se va presentar la Hermandad de Nuestra Señora del Rosário y de San Benedicto ubicada en el Desterro/Florianópolis, a fines de entender su estructura de funcionamiento, el comprometimiento de hermanos y hermanas, las decisiones tanto "en la esfera del temporal cuanto del espiritual". En la tentativa de encontrar recuerdos del pasado que permitan conocer aspectos culturales de estos sujetos históricos, el foco de este artículo se vuelve a los sonidos, performances y celebraciones producidas en este espacio de vivencias africanas, en especial a lo que toca a las festividades y formas de celebración de la muerte, prácticas en constante tensión con las nuevas intenciones del catolicismo romanizador de finales del siglo XIX.

Palabras-clave: Historia. Hermandad. Fiestas. Muerte.

A IRMANDADE E ALGUNS APONTAMENTOS INICIAIS

O presente texto procura analisar experiências e vivências de africanos/as e seus descendentes organizados/as numa Irmandade em devoção a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Por meio de documentos existentes no acervo da própria associação (Atas, livros-caixa, livros de registro, estatutos e correspondências), as linhas que enredam este artigo apresentam a estrutura de funcionamento da Irmandade e seus preparativos para celebrações festivas e práticas em relação ao cuidado com seus mortos.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito possui seu primeiro compromisso datado de 1750 e já realizava suas atividades em período anterior, como



indica um documento de 1726.³ O Compromisso ou estatuto organiza direitos e deveres dos membros de uma irmandade, diferenciando-se de acordo com as características locais de cada associação e as exigências específicas de cada época em que era apresentado para aprovação. Os Compromissos são divididos em capítulos que tratam dos objetivos da Irmandade, da condição jurídico civil daqueles que poderão ser aceitos por irmãos e irmãs, e também seus direitos e deveres, suas formas de organização, além de questões religiosas e sociais. (SIMÃO, 2008; ALVES, 2006; RASCKE, 2013).

Apesar de surgirem por meio do catolicismo, as irmandades eram organizadas por homens e mulheres leigas. Estas Irmandades passavam pelas instâncias da Igreja e, dependendo do reino e da época, deviam passar pelas instâncias do Estado também - principalmente nas regiões nas quais vigorou o Padroado, a exemplo da ibérica -, para aprovação, mas eram mantidas, organizadas e administradas pelos Irmãos leigos, compostos numa Mesa Administrativa. Além da finalidade religiosa impressa nas irmandades, tinham função social, auxiliando na resolução de problemas econômicos, prestando assistência em caso de doenças ou desamparo e pobreza.

No século XVIII, as irmandades remetiam seus compromissos a Lisboa para aprovação da Coroa, motivando inclusive o cuidado com estes documentos, visto a demora na autorização e a viagem necessária a Portugal para aprovação. Até a República, “em função do Padroado Régio, estes estatutos compromissais deveriam ser aprovados tanto pela Igreja Católica quanto pelo Estado”, representando o poder temporal e o espiritual, respectivamente. Com a assinatura do Decreto que firmou a separação entre Igreja e Estado (1890) e a Proclamação da República (1889), o Padroado foi abolido.

Dentro deste contexto, as reformulações das práticas católicas começaram a fazer sentido, pois a implantação do regime republicano, que se dizia laico, dirigiu para a Igreja Católica a alçada da problemática da sua separação do Estado. Nesse sentido, a necessidade de suscitar condições organizacionais do catolicismo em todas “[...] as unidades da federação e articular-se ao poder constituído, no sentido de defender seu

³ “Segundo o atual provedor [falecido em 2009] Sr. Oscar Paulo de Souza, a história da primeira capela de Nossa Senhora do Rosário data de antes de 1750. Para ele esta seria a data de fundação da irmandade em caráter oficial, mas a rústica capela já deveria existir desde 1728 pois por determinação do rei de Portugal, o 1º pároco enviado para o Brasil foi Francisco Justo Santiago, em 1730 e este teria rezado missa na referida capela” (SALES; LIMA; MACHADO, 1994).



patrimônio e conquistar espaços [...]’, passou a ser estratégia de uma Igreja Católica em plena reforma estrutural” (STAKONSKI, 2008, p. 68-69; 109).

Fundada por africanos e africanas no século XVIII devotas a Nossa Senhora do Rosário, e em meados do século XIX de São Benedito, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito compunha o cenário de uma cidade múltipla, movimentada por diferentes populações e por um porto com grande fluxo de trabalhadores/as que faziam com que as atividades se realizassem.

Relatório apresentado à Assembleia Provincial de Santa Catarina pelo presidente Adolpho de Barros Cavalcanti Lacerda no ano de 1867 e o Censo de 1872, do qual Fernando Henrique Cardoso (2000) se utiliza para observar a sociedade desterrense daquele período permite-nos verificar informações importantes sobre o contingente populacional. De acordo com estes dados utilizados por Cardoso, em 1866 a freguesia de Desterro tinha 4.361 brancos, 1.275 pretos⁴ e 838 pardos; em 1872, havia 5.884 brancos, 1.910 pretos e 1.296 pardos (CARDOSO, 2000, p. 136). Tais números permitem considerar que a população afrodescendente nos dois períodos chegava, respectivamente, a 32,64% e 35,27%. Estes dados apresentam indícios significativos da presença de origem africana numa cidade localizada ao sul do Brasil, marcada na memória hegemônica da região como branca e europeia.

Na periferia da cidade localizavam-se os bairros onde moravam as pessoas mais pobres: a Figueira, a Tronqueira, a Pedreira, o Beco do Sujo, o Toca, o Campo do Manejo, e o Cidade Nova faziam parte do mundo habitado por pessoas de origem africana. O bairro da Figueira: a oeste do centro histórico de Florianópolis, possuía trapiches, estaleiros, armazéns, inúmeras casas de negócios, hotéis, padarias, boticas, o que, segundo Cardoso “transformou a região em uma ativa zona produtiva e, ao mesmo tempo, atraiu centenas de miseráveis de todos os matizes em busca de trabalho e moradia. Era uma área ativa e perigosa, onde nem mesmo as forças de segurança pareciam estar a salvo” (CARDOSO, 2005, p. 49).

⁴ Segundo trabalho de MATTOS, 1998, p. 30; interpretação incorporada também por CARDOSO, 2005, ao pensar as populações de origem africana em Desterro no século XIX: a cor estava associada à condição social do indivíduo. Portanto, no entendimento de Mattos e Cardoso: mulato era a pessoa de origem africana de pele clara; o termo pardo significava o escravo descendente de homem livre (branco) ou nascido livre, mas com as marcas da ascendência africana; preto designava a origem africana; crioulo era o escravo nascido no Brasil. “Já a palavra ‘negro’ designava sempre a condição cativa do indivíduo”. Consultar: CARDOSO, 2005, p. 203.



Nesta área movimentada e central localizava-se a capela da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos⁵, cuja construção da Igreja, como ressaltou Cabral, resultou de árduos dias de trabalho e dedicação de muitos/as africanos/as e afrodescendentes (cativos/as, livres e libertos/as) que, nos dias santificados e domingos, planejavam e executavam as obras da capela (SIMÃO, 2008, p. 41-42; RASCHE, 2008, p. 83-113).

Santos coletou informações na Irmandade do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, constituindo subsídios sobre seus membros/integrantes durante mais de um século. Os dados permitem a percepção geral da condição de seus/suas integrantes, além de numerá-los em cada uma destas condições, conforme tabela a seguir.

Tabela 1 - Irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos entre 1728 e 1899.⁶

Condição	Número de Filiados/as
Homens Cativos	308
Mulheres Cativas	405
Homens Libertos	61
Mulheres Libertas	79
Homens livres	421
Mulheres Livres	501
TOTAL	1.771

Interessa, a partir destes dados, perceber a condição jurídica destes associados e sua divisão por gênero. Depreendemos da tabela que 853 membros possuíam origem africana, visto sua vinculação à condição de cativo/a ou liberto/a; enquanto 922 assentamentos são de homens e mulheres livres, cuja origem não podemos indicar

⁵ A Irmandade passou a ser assim denominada a partir da reformulação do Compromisso, em 1905. Antes tinha a denominação “dos homens pretos”, muito comum à época e por serem os cargos da Mesa assumidos por esta “qualidade” de homens.

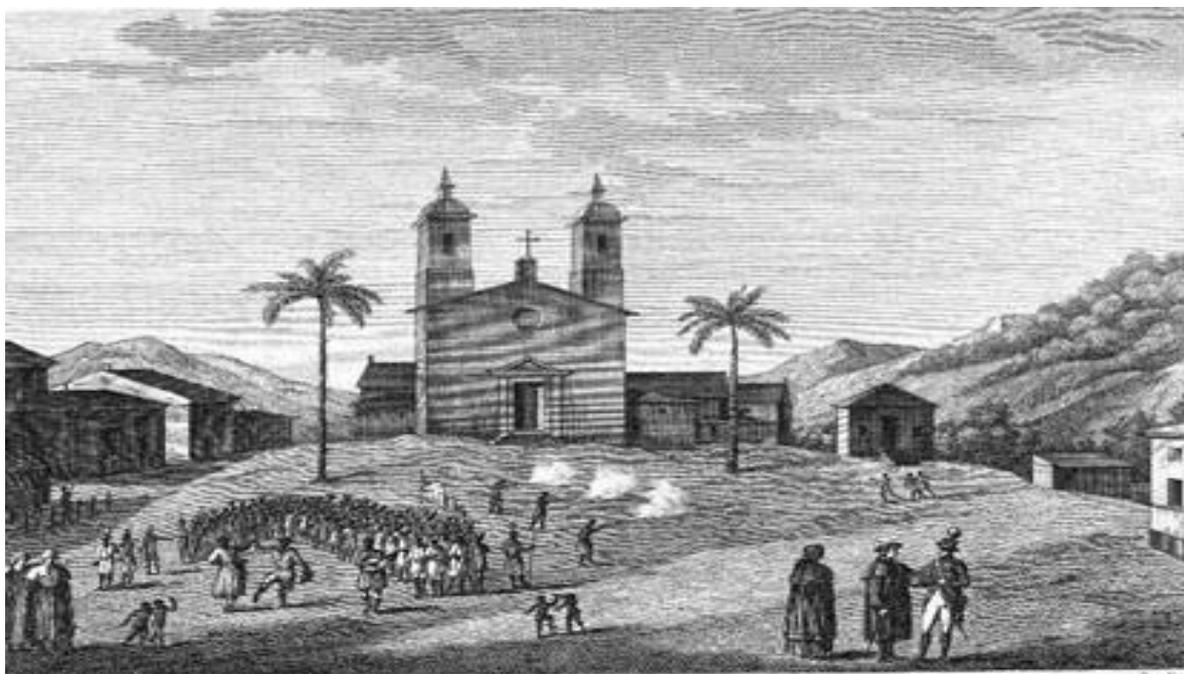
⁶ Fonte: Tabela organizada a partir dos “Registros de Irmãos 1728 – 1899” da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. SANTOS, 2009, p. 204. Mantivemos a nomenclatura da Irmandade de acordo com a época, pois apenas a partir de 1905 foi retirada a denominação “dos homens pretos”. Com relação à condição, optamos por uma alteração na tabela, visto que apenas os livres possuíam o substantivo homem e mulher à frente da condição. Considerando importante consolidar uma memória mais humanizadora de homens e mulheres que experienciaram a escravidão e/ou o pós-emancipação, incluímos nas condições de libertos e cativos (que na tabela de Santos apareciam como escravos) os substantivos masculinos e femininos adequados (homens e mulheres).



estatisticamente, pois poucos registros informam este dado. Sabemos que muitos eram lusos, imigrantes alemães, espanhóis, poloneses, afro-brasileiros livres; mas não sabemos em números ou percentuais, quantas pessoas pertenciam a cada nacionalidade.

FESTIVIDADES – CÓDIGOS CULTURAIS PERFORMATIVOS

Uma gravura, do início do século XIX, desenhada por um dos tripulantes de Georg Henrich von Langsdorff⁷, indica a comemoração de passagem de ano ocorrida na Ilha de Santa Catarina, atualmente denominada Florianópolis.



*Planche Apianon et Topographique de l'Île de Santa-Catarina.
Par le Capitaine de Flotte G. H. VON LANGSDORFF, le 1. 37. CATUARINA.*

Imagem 1: Festa de negros na Ilha de Santa Catarina – 1803.⁸

Percebemos uma procissão em blocos com figuras destacadas à frente do cortejo – uma espécie de abre alas, identificando e nomeando quem vem -, carregando um objeto semelhante a um cetro e uma espécie de coroa sobre a cabeça. Fogos de artifício

⁷ Chefe da expedição russa que esteve no Brasil na primeira metade do século XIX, nasceu no reino de Hessen em 1774, na localidade de Wölstein, Alemanha. Na Universidade de Göttingen estudou Ciências Naturais e Medicina. LUVIZOTTO, 2007, p. 12.

⁸ Imagem disponível em: CORRÊA, Carlos Humberto P. **História de Florianópolis – Ilustrada**. Florianópolis: Insular, 2005. 2ª ed.



anunciavam danças, crianças, alguma autoridade da lei nas proximidades (à direita), junto ao que imaginamos ser um padre e comemoração. O acontecimento deu-se em frente à Capela Nossa Senhora do Desterro, hoje em dia Igreja Matriz ou Catedral Metropolitana.

Sabemos que as comemorações em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, organizadas pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro/Florianópolis, datam do século XVIII, pelo menos. Oswaldo Rodrigues Cabral salienta que já em 1777, uma das irmãs, tendo sido coroada rainha naquele ano, deixa de entregar sua coroa de prata (CABRAL, 1950, p. 05) à Irmandade. Segundo relata este autor, a eleição de rei e rainha do Rosário ocorria anualmente e sempre se elegia um irmão e uma irmã cativa.

A coroação de rei e rainha na Irmandade do Rosário de Florianópolis ocorreu até o ano de 1842 quando, a partir de um novo Compromisso, a Irmandade deixou de ter estes cargos, após os desentendimentos envolvendo crioulos, pardos e pretos. Durante a primeira metade do século XIX, a partir de informações contidas no Livro Tombo da Irmandade⁹, a maioria dos reis e das rainhas eleitas e coroadas era de origem africana, em grande parte, cativos/as. Em alguns casos, como ocorreu em 1823 e em 1825, as rainhas foram mencionadas precedidas do significativo *senhora* à frente do nome, o que nos indica, possivelmente, tratar-se de uma senhora livre. Nos demais casos, sempre há elementos que permitem apreender a origem africana: quando os nomes são acompanhados da condição de cativo/a e do nome do/a senhor/a, ou então quando os sobrenomes nos apontam esta origem, como percebemos em Ana Rosa de Jesus (sobrenomes indicando menção a um santo ou referência cristã), Ana Angélica (Angélica era o nome da senhora de Ana e fora acrescentada ao seu nome), Aurora de Jesus.

Em 1841, os cargos de rei e rainha foram eleitos pela última vez, sendo o irmão Eleuterço, “escravo de Dona Anjelica França” eleito para rei e a irmã Laureana, “escrava de Dona Ana Joaquina de Proença”, para o cargo de rainha¹⁰, funções a serem

⁹ Irmandade Beneficente Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. **Livro Tombo I (1745-2006)**. Florianópolis: Utilidade Pública Estadual e Municipal, Tombamento Estadual e Municipal, Patrimônio Público Estadual, 2006.

¹⁰ Pasta de Folhas Avulsas (1788-1905), p. 10, Documento 04, pertencente ao Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.



desenvolvidas em fins daquele ano até o ano de 1842 quando, em outubro, ocorreria a próxima eleição.

O momento da festa apresentava-se como destaque na vida da Irmandade, visto que muitos dos registros¹¹ levantam esta atividade devocional e o compromisso como fundamental a cada ano. Assim, o festejo organizava-se antecipadamente, de acordo com as possibilidades financeiras. Missa solene, cantada ou rezada¹², de acordo com recursos e pompa pretendidos na ocasião; procissão em via pública, levantamento do mastro com a bandeira da associação, coroação do rei e da rainha do Rosário, banda de música para animar a celebração e comidas para degustação após o enredo organizado. Nos dizeres de Célia Maia Borges, “tudo isso exigia encontros para produzir o ritual, como combinar a comida, prepará-la, confeccionar a indumentária dos participantes, ornamentar a via pública e o trono da realeza” (BORGES, 2005, p. 181).

Muitas vezes, Eleuterço e Laureana devem ter se dirigido à capela da Irmandade para pensar, junto aos demais membros da Mesa, nos preparativos festivos. Havia muitas cores, música, instrumentos, adereços em todos/as os/as participantes e, principalmente, cuidados... a rainha, destaque da festividade, muitas vezes ficava resguardada do sol, sob uma espécie de grande guarda-sol. Não uma cópia dos procedimentos de origem europeia, mas a incorporação de elementos de realezas africanas torna-se marcante. Incorporar significa, neste momento, utilizar-se de elementos de outros grupos culturais ou étnicos e reinterpretá-los, apropriar-se de modo a satisfazer demandas culturais e práticas dos grupos que as selecionaram.

Neste sentido, incorporar adereços e posturas reais europeias podia ser uma forma de constituir laços e conseguir aglutinar pessoas cativas em meio a todos os impedimentos vindos das autoridades, por receios de rebelião, fugas, etc. Por outro lado, muitos africanos e africanas estavam envolvidos em formações estatais em África, antes

¹¹ Livros Ata, Caixa e Compromissos.

¹² De acordo com estudo realizado por Mauro Dillman Tavares sobre as Irmandades Religiosas em Porto Alegre na segunda metade do século XIX, os termos missa rezada, cantada e solene têm significados diferentes implicando desde a questão dos recursos financeiros até a pomposidade da missa. Assim, quando nossa documentação informa que a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito pôde apenas realizar uma missa rezada - normalmente, quando estava sem recursos por causa das obras constantes, por exemplo -, sendo esta uma celebração mais simples, sem ritos especiais e contendo somente preces litúrgicas; a missa cantada constituía elementos de uma celebração mais solene e orações cantadas; já uma missa solene integrava um campo de elementos de maior pomposidade, estando os irmãos participantes vestidos com suas opas e a cor da Irmandade, a celebração realizada por um membro superior da Igreja – um bispo, por exemplo -, a capela e todo o altar deveriam estar decorados, enfeitados com flores, mantos e todos os preparos necessários a ocasião. Consultar: TAVARES, 2007, p. 165.



de aportarem no Brasil pelo tráfico. Assim, a estrutura real era praticada por diferentes povos africanos a seu modo, sendo, entretanto, constituída por objetos, insígnias e adereços semelhantes.

Além de uma tática de resistência numa sociedade que pretendia o controle sobre manifestações de origem africana, muitos estudos indicaram que elementos da realeza eram conhecidos por diferentes povos africanos antes do contato com portugueses (HEYWOOD, 2009; SOUZA, 2002; BORGES, 2005), pois suas práticas culturais em África se utilizavam destas insígnias. A figura do rei e da rainha coroados em praça pública também poderia simbolizar um papel político importante e saberes ancestrais, como bem aponta Nirlene Nepomuceno:

Ridicularizados por autoridades coloniais e por religiosos, que costumavam classificá-los como “reis de fumaça” ou “reis imaginários”, esses soberanos negros cumpriam um papel cujo significado, reunindo poder político e saberes ancestrais, fugia ao entendimento daqueles externos ao grupo. A despeito da condição de “imaginários”, infligiam temor naqueles encarregados de zelar pela ordem, receosos do alcance de sua influência sobre o grosso dos escravos, não sendo poucas as iniciativas para o banimento da eleição e coroação desses dignitários (NEPOMUCENO, 2011, p. 70).

Além da coroa do rei e da rainha, a santa prestigiada – Nossa Senhora do Rosário - também possuía uma coroa. Ao que tudo indica a Igreja Católica não veria com bons olhos uma manifestação devocional e o cortejo na qual a figura central estivesse fora de seu universo de controle e santificação. Assim, a figura central da coroação, a partir da visão da Igreja, era a santa (Nossa Senhora do Rosário), enquanto para as populações frequentadoras da Irmandade, a santa era importante, mas seu rei e sua rainha tinham papel simbólico no intermédio entre dois mundos: o espiritual, dos ancestrais; e o terreno, dos homens e mulheres.

Para Julita Scarano, nas irmandades de Nossa Senhora do Rosário foi que as populações de origem africana conservaram seus reis e rainhas, “personagens esses que terão lugar de prestígio, aos quais se tributa homenagem e respeito, e que ocupam posição de realce sobretudo durante as festividades e comemorações”. Os reis ocupavam lugar de destaque na associação, tendo espaço privilegiado no altar-mor. Os trajes, adornos, símbolos reais, refletiam a importância destes cargos. “Estes reis negros, apesar de se vestirem à maneira dos brancos, dançam suas danças próprias, cantam suas canções de mistura com as letras da oração” (SCARANO, 1978, p. 45).



Em 1815, durante passagem pela Ilha de Santa Catarina, o viajante naturalista Louis Choris deixou um relato, permeado de detalhes, com suas impressões sobre festividades africanas realizadas na Ilha:

Os negros não trabalham aos domingos. Durante as festas de fim de ano gozam de uma liberdade quase ilimitada. Eles se reúnem em grupos de dez a vinte; seus senhores os vestem de seda com ornamentos bizarros que consistem em plumas, fitas, e pequenos espelhos. Cada grupo tem um chefe que está armado com uma espada; outros têm címbalos, flautas e tambores, pedaços de bambus talhados em cortes transversais; pulam por cima de uma vara com bastante ligeireza, produzindo uma espécie de som rouco.

(...) Estes grupos vão de casa em casa dançando; e quanto mais se aproxima o fim destes três dias, mais eles se extravasam em arrebatamento nos seus prazeres (...). Os negros amam a dança, iniciando este divertimento pela tarde. Um negro e uma negra dançam sozinhos, muitas vezes ao som de um instrumento chamado “Carimba” pelos portugueses, e “Bansa” pelos negros. Este instrumento é formado de uma tabuinha com uma base longa, na extremidade da qual batutas de ferro aplanadas são fixadas umas ao lado das outras sobre um pequeno cavalete de ferro ou de madeira, que as sustém. Troncos colocados de cada lado servem para segurá-lo e também emitir um som. Pressiona-se a ponta das batutas de ferro com o polegar, resultando disso uma espécie de som queixoso. O homem que toca este instrumento serve-se de acompanhamento um canto que faz frequentemente correr lágrimas dos olhos dos negros, de maneira que se vêem os negros dançando e chorando ao mesmo tempo (HARO, 1996, p. 243).

A partir deste relato rico em detalhes percebemos alguns instrumentos utilizados pelas populações africanas e seus descendentes na realização das festas, como flautas, kalimbas e tambores, presentes em relatos sobre outras províncias do país nos séculos XVIII e XIX. A “carimba” ou “bansa” também é encontrado grafado de outras formas, como “kalimba”, “sanza” ou “likembe”¹³, por exemplo, de acordo com a região a qual pertenciam os povos africanos. Era um instrumento muito comum e utilizado na ocasião dos festejos. Produzido em madeira ou cabaça, tinham uma abertura e uma sequência de filetes de metal, produzindo som forte quando tocados.

Os protagonistas da festa reuniam-se em grupos, aos olhos do viajante, dispendo de uma “liberdade quase ilimitada”, pois se tratavam de cativos com liberdade para festejar “entre os seus”. As festas eram momentos de catarse, de renovação de energias, muito além de meros divertimentos, constituindo encontros em que sensibilidades afloravam, onde choro e dança se encontravam ao celebrarem suas tradições em

¹³ Maiores informações em: <http://www.kalimba.art.br/kalimbas.html>. Acesso em 25 de setembro de 2012.



cativeiros. A partir do relato percebemos os grupos produziam sonoridades em “som queixoso”, revelando seus estados emocionais e subjetividades na diáspora.

Segundo informações do viajante, os grupos estavam trajados com muitos ornamentos vestidos pelos próprios senhores, com seda e “ornamentos bizarros”, constitutivos de culturas diversas ao modo europeu de enxergar o mundo; além de festejarem dias seguidos – muito sintomático, serem três dias de festa, num final de ano, nas proximidades do Natal, semelhança que ocorreu posteriormente com os festejos de carnaval.



Imagem 2 - Desenho do viajante Louis Choris, retratando as danças e as músicas na Ilha de Santa Catarina no século XIX.¹⁴

Chamou-nos atenção o fato de “um negro e uma negra dançarem sozinhos”, ao som da “kalimba”, acompanhados de um canto que não podemos identificar qual seja. Este trecho nos incita a pensar nos elementos citados e semelhantes aos festejos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, quando da ocasião das homenagens à padroeira, anualmente, em dezembro. Aproxima-se o fato de que, em ambas as festividades, “um negro e uma negra” dançavam ao som de instrumentos, cantos e um

¹⁴ Fonte: HARO, 1996, p. 240.



grupo de pessoas a acompanhá-los. Este “casal” de africanos seria um rei e uma rainha coroados por ocasião da festa a Nossa Senhora do Rosário? Não podemos afirmar tal pretensão, mas os trajes ornamentados com plumas, fitas e outros adereços, indicavam um jeito de vestir próprio para as comemorações; um jeito próprio de vestir e dançar ao som de seus instrumentos. O fato de estarem “sozinhos”, “distanciados” dos membros dos demais grupos, pode ser sugestivo de algum tipo de distinção de comemoração em que um homem e uma mulher, africanos ou de descendência, tinham destaque, referência.

O viajante, ao ressaltar que o canto fazia “freqüentemente correr lágrimas dos olhos dos negros, de maneira que se vêem os negros dançando e chorando ao mesmo tempo”, permite-nos inferir que o canto causava tristeza/melancolia ao possibilitar relembrar vivências em África e a situação de cativo experienciada no Brasil. Cantavam e dançavam, ao passo que também choravam. Talvez o canto e o choro fossem revivências coletivas do passado e reatualizações culturais, experienciando uma memória comunitária em relação à terra que ficou para trás, do outro lado do Atlântico. A kalimba, tocada por um homem do grupo de pessoas a rememorar lembranças e reatualizar práticas culturais, é um instrumento africano, com um som próprio, descrito pelo viajante como “queixoso”, ou seja, produzindo som de lamento, sentimento, tristeza.

Interessante ainda a presença de dois personagens armados com espada feita de bambu. A “brincadeira”, protagonizada por dois “chefes”, um de cada grupo, assemelha-se muito ao cacumbi, manifestação de origem africana com presença marcante em Desterro (Santa Catarina) até a segunda metade do século XX, e com características/elementos semelhantes aos destacados pelo viajante. Assim, cada um com sua “espada”, desenvolvia uma espécie de teatralização de práticas, envolvendo cantoria coletiva, ritmada e repetitiva. Práticas culturais existentes, talvez não da mesma forma, ainda no século XX; mas com elementos, cores, danças remetendo às vivências culturais africanas em Florianópolis¹⁵.

Ao mesmo tempo, havia dança, performance, “luta”. Uma série de elementos constitutivos de códigos culturais de matriz africana. A imagem a seguir, retratada por

¹⁵ Sobre a presença de dois grupos de Cacumbi em Santa Catarina na segunda metade do século XX, consultar: ALVES; LIMA; ALBUQUERQUE, 1990.



Choris, permite-nos vislumbrar um grupo de africanos ou afrodescendentes no interior da Ilha de Santa Catarina, dançando e, provavelmente, cantando ao som de seus instrumentos. Na ilustração vemos um homem sentado sob a árvore, uma mulher de pé ao seu lado, pouco distanciados do grupo de dançantes. Um homem, talvez um jovem, porta um tambor e toca-o produzindo sonoridade, ritmo, emoção e lembranças, ao que duas integrantes daquele grupo, dançam. Outro homem parece segurar um pandeiro que, apesar da pouca visibilidade dada pela imagem, aparece no relato do viajante em forma de descrição. A dança parece alegre, comemorativa. Ao fundo, em menor destaque, um casal caminha de braços dados, a olhar as paisagens. Talvez, proprietários daquelas terras interioranas e senhores daqueles homens e mulheres que festejam o final de ano, cantando, festejando e, ao que se assemelha, sambando. O corpo, o ouvir, o falar, o cantar, produz movimento e, quando celebrado com vários corpos, mãos, falares, cantares, recria experiências, reatualiza vivências culturais. Mobilizar o corpo, a performance, movimenta saberes, modos de vida alterados e ressignificados na diáspora.

VIVÊNCIAS FESTIVAS NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX

No entendimento de João José Reis, a festa era “uma oportunidade para a celebração de valores culturais trazidos pelos africanos e de outros aqui criados” (REIS, 2002, p. 112). Geradoras de tantas insistências por parte das populações de origem africana, as festas indicavam “um mundo que desejavam sempre mais ampliado em tempo, espaço, formas, gestos, jeitos, com abundância de dança, música, comida, bebida, dádivas e deuses” (REIS, 2002, p. 112). Espaço de batuques, sambas, danças e diferentes sociabilidades, as festas tencionavam o cotidiano, desde alianças e dissabores em disputa por espaço e legitimidade com setores eclesiásticos, da administração pública, autoridades policiais e mesmo conflitos com outras associações religiosas ou organizações de origem africana.

Para os cortejos festivos, a capela era arranjada de modo a receber a santa e a comitiva. A armação da igreja com flores, fitas, cores e aromas instigava a participação desde muitos sentidos e sensibilidades. O andor era a estrutura onde se carregava a imagem devota numa base de quatro alongamentos que permitiam segurá-lo. Todo



decorado, o andor era carregado pelas ruas em procissão e depois retornava à Igreja para as celebrações. Consideramos pertinente pensar o andor enquanto artefato possuidor de sentido e função. Utilizado para conduzir São Benedito ou Nossa Senhora do Rosário, o andor elevava o/a santo/a acima dos homens e mulheres que seguiam o cortejo. Talvez, a história de vida do santo ou santa protetora, aliada à ideia de “exemplo” a ser seguido, construída sobre a figura santificada, tivesse sentidos de apego por parte das populações africanas em Desterro/Florianópolis, ou significassem apenas uma alternativa possível para realizar encontros, festas e experiências de vida compartilhadas. Não podemos afirmar tratar-se restritamente de um propósito ou outro, pois o fato é que as pessoas se apegavam à devoção da forma que lhes convinha e com os elementos de que dispunham.

Havia um status conferido aos homens da Mesa Administrativa; em sua posição de comando na Irmandade, assumiam pontos estratégicos no andamento da procissão e coordenação dos espaços, das alas do préstito e na condução da/o padroeira/o. Estes conduziam o andor com a imagem de “exemplo” de vida cristã, mas também, símbolo das agruras dos pobres, esquecidos pelos poderes públicos. O andor possibilitava que todos/as vislumbrassem a figura posta sobre ele, assim como destinava ao protetor um lugar de destaque.

As procissões compostas por diferentes alas, sujeitos e coreografias eram grandiosas festas populares animadoras das festas religiosas, significando, em forma de folia, a devoção; uma manifestação de devoção efusiva, contagiante. Tratava-se de um espetáculo transformado em procissão, celebração, possibilidade de encontro e sociabilidade festiva. Manifestações coletivas exacerbando o clima de festa, gestos, movimentos e “sonoridade retumbante de tambores” (TINHORÃO, 2012, p. 93), além do ressoar de marimbas (ou kalimbas), em solene procissão pelas ruas e vilarejos. As ruas tornavam-se cenários de uma espécie de “teatro de rua de massa” (IROBI, 2012, p. 281) permeado por dimensões estéticas e performáticas, “transcendência expressa através do espetáculo” (IROBI, 2012, p. 279).

Além disso, não apenas a/o santa/o e a capela ficavam em “trajes festivos”, pois a Mesa Administrativa ou os irmãos de Mesa vestiam-se caracteristicamente com suas opas brancas, indumento que simbolizava a cor (o distintivo) da associação perante as demais irmandades existentes na cidade. A Irmandade tomava as ruas. A procissão saía



em alas, e uma das atribuições do Irmão Procurador, existente no Estatuto da instituição, era de controlar estas alas, para o qual possuía uma vara que levava no “meio das alas para as regular”, de forma a seguirem continuamente. Durante a procissão, os membros levavam o andor com a imagem da santa enquanto outros seguiam com as tochas.

Compreendemos que a festa, o batuque, a batucada, acontecia na rua, “a festa negra pública e a repreensão, o controle e a repressão a ela” (REIS, 2002, p. 135). A procissão, em alas, coordenada (ou coreografada?) pela orquestração do Irmão Procurador, tomava as ruas com tochas acesas, repiques de sinos e muito foguetório. Não podemos afirmar o que exatamente queriam dizer o “genérico” termo batuque ou batucada, visto que aparecem nos documentos relatados, em especial nos Códigos de Postura, de maneira geral, sem especificação de qual prática exatamente estava sendo proibida. Para José Ramos Tinhorão, essas danças, genericamente classificadas como batuques¹⁶ incluíam “uma diversidade de práticas religiosas, danças, rituais e formas de lazer” (TINHORÃO, 1988, p. 45). Mas, é sintomático que, ao generalizar, várias práticas envolvendo música, ritmo e dança, organizadas por irmandades leigas afro ou outras celebrações festivas não católicas, estavam sob os olhares municipais, sob suspeita e passíveis de repreensão.

A procissão, organizada por alas, cuja abertura era protagonizada pelo andor conduzindo a padroeira (ou o padroeiro), seguia acompanhada por instrumentos, música e cantoria. Não temos como afirmar o que era cantado neste período por falta de documentos que permitam conhecer tais informações, mas as possibilidades de cores, danças e muitos sons se faziam presentes. Era, em especial, durante a procissão que ocorria o foguetório, normalmente presente em todas as festividades negras.

¹⁶ “Na prática, para a autoridade não era nada evidente quais festas mereceriam sua ‘total reprovação’. O termo ‘batuque’, por exemplo, sempre designava encontros dançantes animados por música percussiva, mas esses encontros podiam ter diversas características. Uma coisa era o folguedo improvisado numa esquina ou em terrenos baldios, sambas-de-roda de puro divertimento. Bem diferentes eram as cerimônias africanas equivalentes a ritos de passagem oficiais, frequentemente acompanhadas de percussão, como enterros, aniversários, casamentos e batizados, que tornavam a proibição um tanto quanto delicada – mesmo juízes durões hesitavam em proibir festejos tão familiares. Outras, ainda, eram as festividades religiosas do calendário cristão, procissões, festas de padroeiros, Natal, ou as comemorações cívicas, aniversários e casamentos na família real, coroações do rei do Congo, comemorações de vitórias militares, quando os afro-baianos participavam com seu auxílio luxuoso, fazendo muito sucesso”. SILVEIRA, 2005, p. 29.



À porta da igreja ficava hasteada a bandeira da Irmandade, já levantada nas novenas e, muitas vezes, erguida com fogos e mais alegria, anteriormente ao dia da festa. A entrada na capela era acompanhada de um sermão e depois acontecia a coroação a Nossa Senhora do Rosário. Nas décadas anteriores, quando ocorria coroação de rei e rainha do Rosário, a Santa Nossa Senhora também possuía coroa, sem, no entanto, receber todo o destaque dado a da rainha. Com a abolição destes cargos e proibição destas práticas, o destaque ficou na coroação da Senhora do Rosário, a padroeira.

UM FUNERAL “DIGNO”

Era costume, até o século XIX, enterrarem-se os mortos nas igrejas, capelas e demais lugares “santos” pela proximidade que acreditavam existir com a salvação. Assim, quanto mais próximo ao altar, maiores as “garantias” de ter a alma salva. Nas mais diferentes regiões do país encontram-se informações sobre tais práticas. Não foi muito diferente esta arte na Irmandade do Rosário de Desterro/Florianópolis.

A cultura católica ocidental, desde a Idade Média até a Idade Moderna, tinha na procissão fúnebre uma demonstração de brilho, suntuosidade, elementos que chamassem a atenção, uma cerimônia composta por música, muitas pessoas e a condução do corpo até seu destino final. Interessante refletir sobre os panos funerários e o cuidado com a “pompa”. Nas tradições africanas, até hoje famílias confeccionam panos para a morte de seus parentes. Conforme destacamos neste trabalho, o catolicismo praticado por estas populações deve ser considerado particular, próprio, repleto de significados complexos diferentes do que outros grupos culturais experienciavam enquanto ser católico.

Esta forma de compreensão do catolicismo praticada por populações de origem africana, um catolicismo dinâmico, inserido em universos culturais de matrizes africanas, também implicou em formas diferenciadas de lidar e sentir a morte, por mais que as práticas fossem denominadas católicas. “A força das representações negativas sobre os cultos africanos marcaram as trajetórias de muitos indivíduos que precisaram encontrar mecanismos para, ao mesmo tempo, manter os cultos afro-ancestrais e professar a religião socialmente aceita”, o catolicismo (NASCIMENTO, 2012, p. 109).



Tanto culturas africanas quanto católicas preocupavam-se com a morte, sendo, no entanto, diferenciadas suas concepções com relação a este momento de passagem. Possuindo visões de mundo distintas, suas relações com os mortos e a própria ideia de morte, de antepassados e tradições, constituíam-se de perspectivas diversas. As experiências relacionadas à morte por parte das populações de origem africana em Desterro/Florianópolis permitem conhecer códigos culturais presentes nestas populações entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, momento de interferências do catolicismo romanizador¹⁷ e tensões entre associações religiosas de caráter leigo e a Igreja Católica.

Desde o Código de Posturas de 1845, as preocupações com os cortejos fúnebres e os caixões para condução dos mortos, estavam sob a mira das autoridades. O alvo principal eram as irmandades e suas práticas – as Irmandades católicas utilizavam esquifes nos cortejos. Os esquifes eram abertos significando certa exposição do corpo e, aos olhos preocupados das autoridades com as epidemias, deveriam ser extintos, utilizando-se então, apenas caixões fechados.

Nenhum corpo de qualquer tamanho, e cor que seja será conduzido a sepultura sem ser em caixão fechado, quando qualquer Facultativo tiver declarado que a enfermidade do falecido fora contagiosa. A administração da Caridade terá um, ou mais caixões, que servirão de conduzir os cadáveres (...) Ficam extintos os Esquifes das Irmandades, e substituídos por caixões fechados (...)¹⁸.

O medo, principalmente da varíola, constituiu preocupação do governo para com as medidas sanitárias e os cuidados com a higiene, assim como intensificou a fiscalização sobre residências, lixo, águas servidas e a própria condução da morte por parte das associações. O receio de uma nova epidemia chegou ao extremo de proibir os “cortejos fúnebres que atravessassem áreas habitadas” (SANTOS, 2009, p. 372). A

¹⁷ O período de fins do século XIX foi marcado pelo catolicismo romanizado ou ultramontano, ação impetrada pela Igreja Católica a fim de controlar os costumes do catolicismo dito tradicional (leigo) praticado, em especial, pelas irmandades. O poder religioso, na ótica deste catolicismo, concentrava-se nas mãos do clero, tendo os leigos, perda na autonomia e gestão das associações nas quais atuavam como dirigentes. De acordo com Michele Maria Stakonski, “essa estrutura devocional católica contava com pouquíssimos padres que lhes davam assistência. Em Santa Catarina, o catolicismo sustentou-se por iniciativa de poucos padres e muitos leigos nas direções de irmandades e confrarias católicas. Os primeiros resquícios de Catolicismo Romanizado foram introduzidos inicialmente nas áreas de imigração europeia na segunda metade do século XIX, pelos próprios imigrantes e pelos sacerdotes que lhes davam assistência religiosa”. (STAKONSKI, 2008, p. 97).

¹⁸ **Código de Posturas de Desterro de 1845.** Capítulo Segundo, Artigo 9, p. 211. Lei n. 222 de 10 de maio de 1845. Arquivo Histórico da Assembleia Legislativa/SC.



morte envolvia diferentes instâncias, para além do sagrado e dos preparativos de cada sociedade em relação a ela.

O Cemitério Público de Desterro foi construído em 1841, localizado no terreno que hoje aloca o Parque da Luz, nas proximidades da cabeceira da Ponte Hercílio Luz. Sua instalação, no alto do morro, logo na entrada da cidade, aos olhos de todos, foi alvo dos higienistas e urbanistas no começo do século XX, quando estavam a pleno vapor as obras de reforma da cidade. O cemitério interrompia o caminho de passagem da Ponte Hercílio Luz que seria iniciada em 1923 (CASTRO, 2004, p. 13). Assim, o cemitério foi transferido e destinado ao chamado Cemitério do Itacorubi, numa região mais afastada do centro da cidade.

A ideia de transferir os enterros para o cemitério foi planejada e sua concretização distanciada do perímetro urbano da cidade. O lugar atendia aos pensamentos da época com relação a cemitérios: “terreno fosse enxuto, longe dos rios, e ajuntamento de águas; bastantemente vasto, para dar lugar a todos os corpos, durante quatro anos pelo menos, sem se bulir no lugar das primeiras covas” (PEREIRA, 2007, p. 95). As mudanças no cuidado com o enterro de mortos, em especial pobres e cativos, às vezes enterrados “à flor da terra”, ou seja, em covas rasas, também influenciou, de modo geral, no Brasil, a questão de onde inumar os corpos e como fazê-lo.

A morte constituía um evento, pois, assim como os demais acontecimentos do ciclo da vida (nascimento, crescimento, intempéries, etc.), estabilizava esse ciclo natural, reestruturando a ordem. Tais acontecimentos eram vivenciados como práticas mágico-religiosas, espetáculos da vida que não sabemos a explicação, mas sobre os quais criamos significados, inserimos expectativas e reatualizações. A morte significa desordem em relação ao cotidiano, por mais que fosse esperada e preparada, indicava uma ruptura. Assim, organizar o “espetáculo fúnebre” reconstituía a ordem perdida, “ajudando os vivos a reconstruir a vida sem ele [o morto]”, significando positivamente o seu lugar junto ao mundo dos mortos. Como um dos fenômenos sociais, a morte e os ritos a ela associados ligavam-se à tarefa de desvincular, desagregar o morto do domínio do universo dos vivos e introduzi-lo no dos mortos (RODRIGUES, 1997, p. 173).

Os ritos fúnebres em culturas de matrizes africanas, assim como demais momentos de passagem - nascimento, casamento, ritos de iniciação, etc -, são fundantes, pois refazem tempos cíclicos, constituem fluxos contínuos, potencializando vivências



comunitárias. A morte, neste caso, não significa o abandono de um corpo morto, inerte, inativo, mas reatualização de sua experiência de vida, no sentido de celebrar seus feitos e sua memória. Esta forma de lidar com a morte utiliza-se das experiências do morto para o funcionamento de suas comunidades, pois as práticas ligadas à morte potencializam a vida, são significativas para o estabelecimento da renovação, ressignificação e reatualização “de tudo” e de “todos”. Os vivos reunidos em solidariedade ao morto, “recuperavam algo do equilíbrio perdido com a visita da morte, afirmando a continuidade da vida” (REIS, 1991, p. 138).

Sendo um elo entre o mundo dos vivos e dos mortos, celebrar este momento, esta passagem, significava vivenciar a morte como capacidade de renovação de equilíbrio que salvaguarda interações presente/passado das próprias tradições, usos e costumes. Implica o sentido de uma energia que circulava sob o regime distinto das culturas ocidentais, isoladas e atomizadas nos sujeitos individuais. Este modo de experienciar a morte, como parte da vida e necessária ao reestabelecimento do equilíbrio, é coletivo, constituído de valores e saberes a serem preservados. Por isso, a importância de celebrar a vida e a memória dos mortos, pois seus corpos não são matéria inerte, um cadáver apenas, como supõe a ciência ocidental. O corpo não se extingue no momento da morte, pois sua função, a partir da passagem para o mundo dos mortos, é atuar neste mundo para estabelecer, ou manter, o equilíbrio.

O corpo de uma pessoa possui sentidos, demonstra formas culturais e compreensões de mundo, diferenciadas em cada cultura. É no corpo que se operam mudanças, que se recebe o poder de alguma coisa ou de alguém, de um morto (GIL, 1997, p. 26). Nele estão impregnados símbolos, resíduos, energias e códigos que se põem em ligações múltiplas, dinâmicas. Quando o corpo sofre alterações, como em caso de doença, ou mesmo de morte, as memórias e experiências vivenciadas pelo corpo não se extinguem com o corpo do cadáver, em ditames da ciência ocidental. Estes signos, codificações presentes no corpo precisam ser entendidos, reafirmados e desenrolados em práticas, permitindo que a passagem do mundo dos vivos ao mundo dos mortos seja adequada, e que a ordem natural de viver e morrer sejam mantidos.

Codificado segundo traços de sua cultura, o corpo é uma linguagem que, afastada de reconhecimento e afeto (entendimento destes códigos), não se sustenta (GIL, 1997, p. 42). Talvez, as lógicas de sentido de culturas africanas na diáspora, seus



modos de reatualizar e ressignificar práticas, tenham possibilitado ao corpo, em especial, do morto, adentrar no mundo dos mortos auxiliando na administração de energias do mundo dos vivos. Os ancestrais possuem papel significativo na consolidação desta transição, ritual e comunitária, onde a morte não constitui experiência a ser vivenciada na solidão, mas em conjunto.

No entendimento de Reis, os/as africanos/as tinham uma preocupação muito grande com os funerais para os seus mortos, experiência que “adaptou-se à tradição luso-barroca de pompa fúnebre”. Assim, as irmandades acompanhavam e enterravam os seus mortos, rezavam por suas almas, num projeto para o “além vida” (REIS, 1996, p. 16). Esta preocupação com a morte era algo peculiar às irmandades, pois não apenas os ritos de passagem, como os funerais, eram importantes, mas, “especialmente, as orações pós-morte pelas almas, que eram consideradas fundamentais para que os irmãos alcançassem a salvação” (ALVES, 2006, p. 86).

Florinda Emericiana de Sousa, liberta, associada à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Desterro/Florianópolis desde 1860, faleceu em 9 de dezembro de 1911. Neste ano, os sepultamentos aconteciam no antigo cemitério, localizado na cabeceira da Ponte Hercílio Luz e, seu corpo, provavelmente, seguiu em cortejo até a sepultura em espaço destinado à Irmandade. Ao que tudo indica, Florinda teve um funeral digno de sua participação e atuação na Irmandade. Procissão, enterro no cemitério da associação, sinos repicando ao vento e informando a todos que a irmã do Rosário falecera. A bandeira com a insígnia da Irmandade seguia à frente, como distintivo, assim como seus membros deveriam vestir-se com as tradicionais opas brancas. As tochas seguiam a iluminar o caminho do morto ao além vida, os associados acompanhavam o trajeto cantando, às vezes seguindo a banda musical contratada para o cortejo, dependendo dos recursos disponíveis pela Irmandade.

Florinda Emericiana de Sousa talvez vestisse a comum mortalha branca, ou quem sabe, tivesse optado por uma mortalha associada aos seus santos de devoção, o que não podemos identificar e apenas sugerir. A Irmandade adquiria muitos rosários, em parte para distribuição nas festas, durante as procissões e celebrações, e também para uso em momentos fúnebres. Cremos nas afirmações de João José Reis sobre o uso do rosário amarrado às mãos do morto, a elas unido. O autor percebe algo interessante no que tange ao uso destes rosários e os significados das cores: “rosários pretos para



homens e mulheres casados, azuis para as virgens, brancos para as crianças, roxos para as viúvas. Entre as mãos, uma vela acesa para iluminar os caminhos” (REIS, 1991, p. 130).

O funeral, antes de direcionar-se ao cemitério, realizava práticas litúrgicas na casa do falecido e na própria capela da associação a qual pertencia. A encomendação da alma era feita pelo pároco, na presença de conhecidos, familiares e Irmãos da associação, cujo rito envolvia música. Mas os procedimentos não findavam no cemitério. Após o cortejo e o sepultamento, cuidavam dos resquícios deixados pela morte e, sempre que possível rezavam pelos mortos, mandando celebrar uma missa pela alma do falecido.

A boa morte significava que o fim não chegaria de surpresa para o indivíduo. Esta seria uma forma de “morte bonita”, em que morrer era um esforço coletivo, envolvendo inúmeras pessoas, exprimia que o fim da vida não poderia ser uma experiência solitária (REIS, 1991, p. 100), algo significativo se pensarmos nas vivências comunitárias das populações de origem africana, ou seja, suas experiências vividas no seu universo cultural.

Salientamos o papel fundamental da morte no equilíbrio destas culturas, regidas por tempos cíclicos – em que vida e morte fazem parte da vida – mesmo porque seus saberes e valores, tradições e códigos culturais são preservados, transmitidos entre gerações. Até na morte, frente sociedades mantidas em perspectivas de tempo linear, forjados em sociedades de progresso e desenvolvimento (ocidentalizadas e ocidentalizantes), visões de mundo europeias e africanas revelam seus desencantos. No ocidente, a morte é enxergada e cultivada como expressão de finitude, superada em vida por si mesma, sendo os ritos fúnebres desfigurados enquanto conexão entre vida e morte. A preparação para a morte envolvia, em vida, a coletividade de irmãos e irmãs, pois esta era situação fundamental da vida.

Os sinos eram empregados em diferentes momentos da existência associativa, sendo importante realçar a celebração da vida, da festa e da morte. “E, pelo toque do sino em finados, ao longe, já se sabia que havia falecido um irmão do Rosário, do Carmo ou do Santíssimo” (SALLES, 2007, p. 103). Fazer soar os repiques dos sinos funcionava como um aviso em locais comunitários, pequenas vilas. Ao longe, ouvia-se o rufar do tambor e as vozes que contagiaram a curiosidade de alguns viajantes, assim



como os sinos que, através de seus dobres, emitiam sinais, identificavam a morte e quem morreu. Anunciava-se, pelo toque do sino, a partida, e a necessidade de organização comum para os encaminhamentos do morto ao mundo além vida. O sino transmitia a notícia, ao passo que as sinetas chamavam o povo¹⁹ para o cortejo, pois eram utilizadas durante a procissão fúnebre, anunciadoras da passagem do préstito por ruas e praças, até a chegada ao cemitério.

Ao que tudo indica, os sinos caracterizavam um ponto de tensão entre a Irmandade do Rosário e as autoridades eclesiásticas, principalmente, aquelas reunidas nos Sínodos Diocesanos. Em 1910, quando ocorreu a realização do Primeiro Sínodo, vários pontos foram discutidos pela Igreja Católica, pois envolviam ações que esta precisava implementar para a concretização de seus propósitos. Sendo regras, os Sínodos permitem-nos pensar que muitas práticas realizadas constantemente por leigos e leigas compunham as associações religiosas em geral, mas as Irmandades em especial, sendo, no entanto, desaprovadas pela Igreja.

As ruas e a multidão não compunham apenas as celebrações festivas de reis e rainhas, Nossa Senhora do Rosário ou São Benedito, mas se faziam presentes nos festejos fúnebres, exteriorizando no cortejo suas devoções e concepções de morte. A morte portava um conteúdo público, a ser exteriorizado, demonstrado, vivido e compartilhado, muito além de sua dimensão privada (RODRIGUES, 1997, p. 218), particular. A procissão, seguindo o caixão carregado pelos membros da Irmandade, atraía pessoas, instaurava uma situação adversa ao dia a dia, tal qual a festa, mobilizando sentimentos e manifestações coletivas. As sinetas chamavam os “admiradores” nas janelas, conhecidos, amigos, Irmãos e Irmãs para seguirem acompanhando o préstito. Este era o espetáculo, a ostentação, a vivência e não necessariamente a inumação, o ato de enterrar o cadáver.

A Irmandade possuía seus paramentos para os rituais fúnebres e enterro de associados/as. Havia um altar móvel para levar à casa de quem falecesse, além de

¹⁹ Esta passagem discutida por Mara Regina do Nascimento parece-nos importante destacar. A autora possui uma visão restrita das práticas religiosas, festivas e mortuárias realizadas por africanos e seus descendentes na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, São Domingos e São Benedito, incluindo as manifestações culturais e devocionais destas populações no mesmo universo das irmandades organizadas por brancos. Para a autora, a irmandade organizada por afros era igual a irmandades construídas por brancos, o que, em nosso entendimento, é equivocado, visto que tal ponto de vista exclui universos culturais africanos e suas práticas na diáspora, apesar de estarmos discutindo uma irmandade católica. Ver: NASCIMENTO, 2006.



essa²⁰, velas e o caixão fúnebre. Em 1906, faleceu Maria Felipa de Faria Veiga, Irmã desde 1890. O custo do pagamento de sua sepultura e mais a capinação do cemitério implicou em 22\$000 (vinte e dois mil réis) para os cofres da associação. Talvez Maria Felipa esteja na relação das/os últimas/os associadas/os a contar com a organização do funeral aos moldes antigos da Irmandade, pois a partir de 1907, em ata do dia 06 de setembro de 1908, decide-se contratar uma Casa Fúnebre para auxiliar nos enterros.

A Casa Funerária havia sido fundada em 1907, pela Liga Operária Beneficente de Santa Catarina²¹, uma associação multiprofissional organizada por operários, e fornecedora de serviços funerários, não apenas a seus associados, mas a toda a cidade. Neste período, a cidade contava com serviços de bonde sobre os trilhos puxados por cavalos, carroceiros, charretes e outros pequenos veículos movidos à tração animal, envolvendo disputas por espaço no meio urbano. Os trajetos funerários da casa do morto, da capela ou Irmandade até o cemitério poderia ser feito de diferentes formas, de acordo com as possibilidades do falecido ou de sua família, ou mesmo da Irmandade a qual pertencia. Dependendo da situação, utilizava-se carroça, bonde ou mesmo seguia-se a pé, conduzindo o corpo a ser sepultado sobre a padiola, comum a partir de 1845, quando da proibição do uso de esquifes.

Interessante pensar que os serviços contratados na Casa Funerária ficaram acordados em 36\$000 (trinta e seis mil réis anuais), conforme discutido em reunião da Mesa²². De acordo com os gastos efetuados no enterro de Maria Felipa, em 1906, quando a Irmandade dispendeu 22\$000 (vinte e dois mil réis), a proposta negociada com a Casa Funerária pareceu atraente e, financeiramente, adequada. Isso implicou em uma nova forma de tratamento do ritual fúnebre, em que o corpo do morto teria outros

²⁰ Essa é o mesmo que catafalco, apoio sobre o qual se dispõe o caixão do defunto enquanto se realiza as exéquias. Disponível em; <http://www.dicio.com.br/essa/>. Acesso em 15 de março de 2013.

²¹ A Liga Operária Beneficente de Santa Catarina foi fundada em 1891 e existe até os dias atuais, alternando-se várias sedes localizadas no centro de Florianópolis. Seu caráter era multiprofissional e um dos objetivos principais estava no auxílio (a beneficência) aos seus membros. Interessante ressaltar que dentre os/as associados/as, estavam muitos estivadores e marítimos (trabalhadores do porto), sapateiros, alfaiates, carpinteiros, pintores, marceneiros, pedreiros, barbeiros, cigarreiros, costureiras, ferreiros, domésticas e tantas outras profissões, muitas delas exercidas por populações de origem africana, em sua grande maioria. Para maiores informações sobre a Liga Operária e sua atuação, consultar: LEUCHTENBERGER, Rafaela. **“O Lábaro protetor da classe operária”**: as associações voluntárias de socorros-mútuos dos trabalhadores em Florianópolis – Santa Catarina (1886-1932). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas: UNICAMP, 2009.

²² Ata n. 21, Livro Ata 4 (1905-1914). Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.



cuidados que não apenas os de seus Irmãos e Irmãs da associação, ou familiares e amigos.

Os cuidados com a disposição do morto no caixão, o próprio caixão, e outros componentes necessários ao ritual fúnebre, seriam fornecidos pela funerária. Velas, castiçais, vestimentas mortuárias, rosário para as mãos do finado, decoração do caixão e tantos outros itens que se fizessem necessários, poderiam ser encomendados. Além disso, a condução até a sepultura poderia ser feita por conta da Casa. Era muito comum, neste período do começo do século XX, a condução em procissão com os Irmãos e Irmãs acompanhando o falecido pelas ruas, caminhando; ou então, a contratação de alguém para conduzir o morto usando uma carroça, e até mesmo os acompanhantes, indo de bonde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, associação existente e atuante na cidade de Florianópolis até os dias atuais, permanece com sua cruz distintiva do espaço desta agremiação no Cemitério do Itacorubi. Suas festas deixaram de cobrir de alegria as ruas de Florianópolis na década de 1960, quando em 1968 realizaram sua última procissão e festa “conforme o costume”, tendo a partir daí apenas celebrações menos “pomposas” e, muitas vezes, realizando apenas uma missa como solenidade em homenagem a São Benedito ou Nossa Senhora do Rosário. A Irmandade “serviu” de guia em nossos caminhos pela cidade, percebendo visões de mundo, modos de sentir, jeitos de pensar e organizar a vida prática de cada dia. Esta associação deu-nos indícios para vislumbrar uma Florianópolis mais plural, dinâmica e permeada de diferentes atores sociais.

Este artigo almejou compreender como a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito cultuava seus mortos e festejava seus encontros e homenagens aos padroeiros. Assim como as festas, os rituais de morte não eram eventos isolados. Constituíam conversas e reuniões constantes, preparativos, encontros, acordos e mobilizações.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. *Irmãos de cor e de fé: irmandades na Parahyba do século XIX*. João Pessoa, 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

ALVES, Jucélia Maria; LIMA, Rose Mery de; ALBUQUERQUE, Cleidi. *Cacumbi: um aspecto da cultura negra em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, Coedição Secretaria da Cultura e do Esporte de Santa Catarina, 1990.

ANTONACCI, Antonieta Martines. Decolonialidade de corpos e saberes: ensaio sobre a diáspora do eurocentrismo. In: *Memórias Ancoradas em Corpos Negros*. São Paulo: EDUC, 2013.

BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

CABRAL, Oswaldo R. *Notícia Histórica da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito*. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Florianópolis, 1950.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: Relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular, 2000.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro: as experiências das populações de Desterro na segunda metade o século XIX*. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

_____; MALAVOTA, Cláudia Mortari (Orgs.). *Pretos/as do Rosário: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (século XIX)*. Itajaí: Casa Aberta, 2008.

CASTRO, Elisiana Trilha. *Aqui jaz um cemitério: a transferência do cemitério público de Florianópolis (1923-26)*. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Florianópolis, 2004.

CORRÊA, Carlos Humberto P. *História de Florianópolis – Ilustrada*. Florianópolis: Insular, 2005. 2ª ed.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950. *Revista Afro-Ásia*. n. 29/30, 2003, pp. 247-269.

HAMPATÊ-BÁ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Org). *História Geral da África*. I - Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática/UNESCO 1982.

HARO, Martim Afonso Palma de (org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC/Editora Lunardi, 1996, 3ª. ed.



HEYWOOD, Linda M. (org.). *Diáspora Negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009.

IROBI, Esiaba. O que eles trouxeram consigo: carnaval e persistência da performance estética africana na diáspora. *Revista Projeto História*. São Paulo, n. 44, p. 173-193, jun. 2012.

LUVIZOTTO, Rodrigo. *O diário de Langsdorff: o éthos do cientista-viajante*. São Paulo: USP. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2007.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

NASCIMENTO, Mara Regina do. *Irmandades Leigas em Porto Alegre: práticas funerárias e experiência urbana (séculos XVIII e XIX)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2006. Disponível em:

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8574/000581308.pdf?sequence=1>

NEPOMUCENO, Nirlene. *Celebrações negras do ciclo natalino*. Teias da diáspora em áreas culturais do Brasil e Caribe. São Paulo: PUC-SP. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2011.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890)*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002. (b)

RASCKE, Karla Leandro. *Festas, procissões e celebração da morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro/SC (1860-1890)*. Itajaí: Editora Casa Aberta, 2010.

REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: Irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista*. São Paulo: Alameda, 2011.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

_____. Identidade e Diversidade Étnica nas Irmandades negras no tempo da escravidão. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, p. 07-33, 1996. Disponível em www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg3-1pdf.

_____. Tambores e Tremores: A Festa Negra na Bahia na Primeira Metade do Século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). *Carnavais e Outras F(r)estas*. Ensaios de História Social da Cultura. 1ed. São Paulo: UNICAMP/CECULT, 2002, v. 1, p. 101-155.

SALLES, Fritz Teixeira de. *Associações Religiosas no Ciclo do Ouro: introdução ao estudo do comportamento social das irmandades em Minas no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.



SANTOS, André Luiz. *Do Mar ao Morro: a geografia da pobreza urbana em Florianópolis*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2009.

SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional. 1978. 2ª. ed.

SILVEIRA, Renato da. A guerra do requebrado na Bahia Colonial. In: *Seminário Eparrei*, Bárbara: fé e festas do Largo de São Salvador. Salvador, Rio de Janeiro: IPHAN/CNFCP, 2005.

SIMÃO, Maristela Santos. “*Lá vem o dia a dia, lá vem a Virge Maria. Agora e na Hora de Nossa Morte*”- A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, em Desterro (1860-1880). Itajaí: Casa Aberta, 2008.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor: identidade étnica e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

SODRÉ, Muniz. *Samba, o dono do corpo*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. 2ª. ed.

STAKONSKI, Michelle Maria. *Da Sacristia ao Consistório: tensões da Romanização no caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos – Desterro/Florianópolis (1880-1910)*. Itajaí: Casa Aberta, 2010.

TAVARES, Mauro Dillman. *Irmandades Religiosas, Devoção e Ultramontanismo em Porto Alegre no Bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeira (1861-1888)*. São Leopoldo: UNISINOS. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, 2007.

TINHORÃO, José Ramos. *Os sons dos negros no Brasil: cantos – danças – folguedos: origens*. São Paulo: Art Editora, 1988.

_____. *Festa de Negro em Devoção de Branco: do carnaval na procissão ao teatro no círio*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

*Recebido em novembro de 2013
Aprovado em janeiro de 2014*